



FACULDADE DO FUTURO - FAF

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO
CONTEXTO DE VULNERABILIDADE INFANTIL: REVITALIZAÇÃO DO
CENTRO DE APOIO SOCIAL ALIANÇA EM IUNA-ES**

Aline Lázaro Ferreira

MANHUAÇU

2022



FACULDADE DO FUTURO - FAF

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Aline Lázaro Ferreira

**ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO
CONTEXTO DE VULNERABILIDADE INFANTIL: REVITALIZAÇÃO DO
CENTRO DE APOIO SOCIAL ALIANÇA EM IUNA-ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade do Futuro, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador (a): Mariana de Castro Pereira Pontes
Papa

MANHUAÇU

2022

Aline Lázaro Ferreira

**ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO
CONTEXTO DE VULNERABILIDADE INFANTIL: REVITALIZAÇÃO DO
CENTRO DE APOIO SOCIAL ALIANÇA EM IUNA-ES**

BANCA EXAMINADORA:

**Presidente orientadora
Prof.^a Mariana de Castro Pereira Pontes Papa**

**1º Examinador
Prof.º Matheus Gomes Rodrigues**

**2º Examinador
Arquiteta Thaynara Breder Lomeu Rampi**

Aprovado em _____ / _____ / _____

MANHUAÇU

2022

Agradecimentos:

Primeiramente a Deus, por me abençoar e sustentar minha vida até aqui.

Aos professores, por todos os conselhos e orientações.

A equipe do CASA por ter aberto as portas do abrigo para a pesquisa.

A minha família, pelo amparo durante esses 5 anos.

Aos meus amigos que mesmo de longe torceram por minhas conquistas.

Ao Pedro, por ter sido meu maior incentivador e apoiador durante todo esse tempo.

“Deus faz que o solitário viva em família” – Salmos 68:6

**ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO
CONTEXTO DE VULNERABILIDADE INFANTIL: REVITALIZAÇÃO DO
CENTRO DE APOIO SOCIAL ALIANÇA EM IUNA-ES**

**ARCHITECTURE AS A INSTRUMENT FOR SOCIAL TRANSFORMATION IN
THE CONTEXT OF CHILD VULNERABILITY: REVITALIZATION OF THE
ALIANÇA SOCIAL SUPPORT CENTER IN IUNA-ES**

Resumo

Objetivo: Identificar o papel social da arquitetura e analisar como ela afeta o espaço físico, no contexto de vulnerabilidade infantil. **Método:** Pesquisa exploratória, com levantamentos bibliográficos na área de arquitetura e psicologia ambiental. **Resultados:** Apresentação de dois estudos de caso de projetos de casas de acolhimento. **Discussão:** Apresentação, descrição e análise do objeto de estudo Centro de Apoio Social Aliança, na cidade de Iúna-ES, apontando diretrizes projetuais para sua revitalização. **Conclusão:** Pontuar a necessidade da elaboração de um projeto arquitetônico eficiente e que supra as necessidades do local e mostrando como a arquitetura entra como um instrumento de transformação social.

Descritores: Arquitetura social; Vulnerabilidade social; Crianças e adolescentes; Revitalização; Design biofílico.

Abstract

Objective: Identify the social role of architecture and analyze how it affects the physical space, in the context of child vulnerability. **Method:** Exploratory research, with bibliographic surveys around architecture and environmental psychology. **Results:** Presentation of two case studies of shelter projects. **Discussion:** Presentation, description, and analysis of the object of study Centro de Apoio Social Aliança, in the city of Iúna-ES, pointing out design guidelines for its revitalization. **Conclusion:** Point out the need for the elaboration of an efficient architectural project that meets the needs of the place and showing how architecture enters as an instrument of social transformation.

Descriptors: Social architecture; Social vulnerability; Children and adolescents; Revitalization; Biophilic design.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Linha do tempo dos marcos sobre instituições de acolhimento no Brasil	16
Figura 2- Imagem mostrando a disposição de alguns dos edifícios no terreno	24
Figura 3- Implantação do projeto	25
Figura 4- Imagem mostrando a área comunitária entre os dois maiores prédios	25
Figura 5- Fachada frontal destacando as formas lúdicas das coberturas	26
Figura 6- Fachada frontal com destaque para o parquinho em frente a edificação	27
Figura 7- Diagrama de partido do projeto	27
Figura 8- Mapa de localização do estado do Espírito Santo (A) e do município de Iúna-ES (B)	29
Figura 9- Localização do Centro de Apoio Social Aliança	31
Figura 10- Fachada frontal do abrigo Casa de Apoio	32
Figura 11- Acesso principal do abrigo (A). Fachada frontal e lateral do edifício (B)	33
Figura 12- Escada de acesso do Centro de Apoio Social Aliança vista de baixo (A) e vista de cima (B)	33
Figura 13- Diagrama de orientação solar e ventos dominantes do Centro de Apoio Social Aliança	34
Figura 14- Planta de Situação do abrigo Casa de Apoio	34
Figura 15- Fluxograma dos ambientes do abrigo Casa de Apoio	36
Figura 16- Planta de zoneamento dos ambientes do abrigo Casa de Apoio	36
Figura 17- Refeitório (A) e Sala de estudos (B)	37
Figura 18- Lavabo interno térreo (A), escada de acesso à sala de convivência (B), sala de convivência (C e D)	38
Figura 19- Sala de TV (A) e (B), varanda (C)	38

Figura 20- Cozinha (A e B)	39
Figura 21- Lavanderia (A), Área de serviço (B)	39
Figura 22- Administração (A) com usos temporários de sala de tv e berçário e secretaria (B)	40
Figura 23- Quadra (A e B)	41
Figura 24- Banheiros térreo (A, B e C)	42
Figura 25- Banheiros 1º pavimento (A, B e C) Closet (D)	42
Figura 26- Dormitório masculino e berçário (A e B)	43
Figura 27- Dormitórios femininos (A, B C e D)	44
Figura 28- Acesso principal à edificação	44
Figura 29- Acesso frontal para a quadra (A e B), Acesso ao refeitório e área de serviço (C), acesso posterior para a quadra (D)	45
Figura 30- Circulação interna térreo (A e B)	45
Figura 31- Acesso à rampa (A), rampa de acesso ao 1º pavimento (B, C e D)	46
Figura 32- Hall de entrada, circulação interna 1º pavimento	46
Figura 33- Diagrama de iluminação e ventilação do abrigo Casa de Apoio	48
Figura 34- Vista oeste da área permeável do abrigo Casa de Apoio: Árvore de pequeno porte e arbustos (A); árvore de médio porte (B), vista panorâmica da área (C)	49
Figura 35- Mapa detalhado de localização do terreno	53
Figura 36- Mapas esquemáticos de entorno	53
Figura 37- Pontos base de diretrizes de revitalização	54
Figura 38- Quadro de programa de necessidades	55
Figura 39- Fluxograma da edificação	55

Figura 40: Principais materiais do partido	56
Figura 41: Evolução de partido	56
Figura 42: Parâmetros de ocupação do solo	57
Figura 43: Fluxos e condicionantes climáticas	57
Figura 44: Perspectiva eletrônica 3D da fachada	57
Figura 45: Perspectiva eletrônica 3D da sala de TV e refeitório	58
Figura 46: Perspectiva eletrônica 3D da sala de estudos	58
Figura 47: Perspectiva eletrônica 3D de um dos dormitórios femininos	58
Figura 48: Perspectiva eletrônica 3D de um dos banheiros	59
Figura 49: Vegetação utilizada no paisagismo externo	59
Figura 50: Implantação da edificação	60
Figura 51: Área externa frontal	60
Figura 52: Área da horta e do pomar	61
Figura 53: Fachada frontal em outro ângulo	61
Quadro- Modalidades de acolhimento institucional no Brasil	19

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	14
2.1	Referencial Teórico	14
2.1.1	Histórico da institucionalização no Brasil	14
2.1.2	O surgimento de programas sociais para crianças em vulnerabilidade no Brasil	17
2.1.3	Modalidades de acolhimento institucional no Brasil	18
2.1.4	Humanização do espaço e psicologia ambiental	19
2.1.5	O indivíduo em desenvolvimento e o ambiente	21
2.1.6	Princípios do Design Biofílico	22
3	RESULTADOS: ESTUDO DE OBRAS ANÁLOGAS	24
3.1	Abrigo Infantil da Fundação da Cruz Vermelha, Tailândia	24
3.2	Casa de Acolhimento para Menores, Dinamarca	26
4	DISCUSSÃO: OBJETO DE ESTUDO-Centro de Apoio Social Aliança (CASA)	29
4.1	A cidade de Iúna (ES)	29
4.2	Centro de Apoio Social Aliança (CASA)	30
4.3	Condicionantes físicas do terreno	33
4.4	Descrição espacial do local	34
4.5	Análise espacial do local	37
4.5.1	Área Social	37
4.5.2	Área Serviço	39
4.5.3	Área Lazer	40
4.5.4	Área Íntima	41

4.5.5	Área Circulação	44
4.6	Iluminação e ventilação natural	47
4.7	Paisagismo	48
4.8	DIRETRIZES PROJETUAIS DE REVITALIZAÇÃO	50
4.8.1	Psicologia ambiental	50
4.8.2	Divisão espacial	50
4.8.3	Conforto térmico: iluminação e ventilação natural	51
4.8.4	Paisagismo	51
4.8.5	Acessibilidade	52
5	ESTUDO PRELIMINAR	53
5.1	Local e entorno	53
5.2	Diretrizes e programa	54
6	PROPOSTA PROJETUAL	56
6.1	Conceito e partido	56
6.2	Soluções para área interna	58
6.3	Área externa	59
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
8	REFERÊNCIAS	64
9	APÊNDICES (PRANCHAS DO PROJETO)	68

1 INTRODUÇÃO

Desde o período do Brasil colonial, crianças e adolescentes sofrem situações em que seus direitos são defraudados. Apenas após 1990 com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que esses indivíduos passaram a ser dotados de direitos e não mais tratados como objetos de proteção.

Entende-se que quando um indivíduo não possui acesso a determinados direitos em decorrência de sua situação socioeconômica, sendo privado de acesso à moradia, alimentação, educação e lazer, ele se encontra em situação de vulnerabilidade social. A principal causa pode ser o desemprego, vício em drogas, desentendimentos familiares e discriminação.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a moradia é reconhecida como direito fundamental do ser humano (ONU, 1948), e consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), no artigo 3º que:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” (BRASIL, 1990)

De acordo a Constituição Federal de 1988, o artigo 227 dispõe que “crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e para que se desenvolvam integralmente até a idade adulta, precisam ser postos a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988)

Embora, seja direito fundamental de toda criança e adolescente ser acolhido e protegido, principalmente por seus pais e familiares, infelizmente nem sempre isso acontece. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, em 2020 “cerca de 34 mil crianças e adolescentes encontravam-se em abrigos temporários ou permanentes” (BRASIL, 2020). A principal causa de estarem nesses abrigos é porque foram vítimas de negligência, violência, abuso ou abandono por parte de quem deveria protegê-los.

Crianças e adolescentes precisam se sentir seguros e pertencentes de seus lares, quando isso não acontece, eles são afastados e levados para casas de acolhimento, que foram estabelecidas pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, essas casas são locais de medida provisória, com assistência para as necessidades básicas de cuidados de crianças e

adolescentes que se encontram em situações de risco, garantindo que se sintam seguros e acolhidos.

No Brasil, sabe-se que a maioria desses centros de acolhimento carecem de ergonomia e conforto, além de que muitos não possuem o mínimo de acessibilidade. Para um indivíduo crescer saudável e seguro é necessário que ele se sinta acolhido, pertencente e confortável no local em que vive. Com base nisso, esse artigo aborda a problemática dos centros institucionais como espaço físico, afetando diretamente o desenvolvimento de seus acolhidos e parte do princípio de que a arquitetura tem papel fundamental no desenvolvimento físico, mental, social e cultural da criança e adolescente.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar como a arquitetura afeta o meio social, analisar o espaço físico em que vivem as crianças e adolescentes acolhidos no Centro de Apoio Social Aliança em Iúna-ES e apontar diretrizes projetuais para a revitalização do local, seguido da elaboração de um anteprojeto arquitetônico e paisagístico contendo espaços adequados para o pleno desenvolvimento dos acolhidos e mostrando assim como a arquitetura pode ser um método de transformação do espaço no contexto de vulnerabilidade infantil.

2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa será exploratória, onde constarão levantamentos bibliográficos sobre o tema, obtidos de artigos, livros e publicações sobre o tema, na área de arquitetura social e de psicologia ambiental, além de visita no local do objeto de estudo e elaboração de um anteprojeto arquitetônico do mesmo.

Para fundamentar a pesquisa, será apresentado um estudo de caso da Casa de Apoio Aliança, em Iúna-ES, identificando os problemas físicos e sociais do local e como esses problemas afetam a vida das crianças e adolescentes que residem lá.

No referencial teórico constará como se deu início a institucionalização no Brasil, como aconteceu o surgimento de programas sociais voltados para crianças e adolescentes em vulnerabilidade, quais são as modalidades de institucionalização e como a psicologia ambiental e a aplicação de técnicas arquitetônicas afetam o modo de vida dos acolhidos nessas instituições.

Na apresentação das obras análogas, serão mostrados os resultados positivos da atuação da arquitetura e da aplicação de técnicas arquitetônicas no ambiente de acolhimento e como isso afeta diretamente no bem-estar de crianças e adolescentes em vulnerabilidade e que se encontram institucionalizados.

Nas diretrizes projetuais constarão os caminhos que foram tomados para a elaboração do projeto, seguindo os conceitos técnicos de Conforto ambiental, Arquitetura Biofílica e Bioclimática, seguido da proposta teórica, conceito e partido arquitetônico.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico serão apresentados estudos para melhor compreender o contexto histórico e social das instituições de acolhimento, além de serem apresentados análises teóricas sobre humanização e psicologia ambiental, e como elas podem afetar positivamente os abrigos institucionais.

2.1.1 Histórico da Institucionalização no Brasil

A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil é complexa e sofreu muitas transformações até os dias atuais. De maneira resumida, esse capítulo explicará a trajetória da institucionalização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, desde a época do descobrimento até os dias atuais.

“Ela se iniciou na colonização, onde era comum o abandono de crianças por parte de índios, brancos e negros” (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006). Nesse período elas eram abandonadas nas portas das igrejas ou das casas de pessoas com melhor situação financeira. Em 1550 surgiu a primeira casa de acolhimento chamada Casa dos Muchachos, que abrigava órfãos vindos de Portugal, além de servir como um meio de civilizar o povo indígena brasileiro, já que também abrigava órfãos nativos.

Uma das mais famosas casas de acolhimento do período colonial é a Roda dos Expostos, que foi criada em 1726. A Roda dos Expostos foi apenas uma das várias casas de acolhimento. No período colônia esses abrigos eram coordenados por organizações filantrópicas e religiosas, com pouca intervenção do Estado. Em 1889, com a chegada da República, muitos desses abrigos sob controle filantrópico foram extintos e deu-se início a um novo ciclo na institucionalização de crianças e adolescente do país, com políticas públicas de legislação da infância e adolescência.

Mais tarde, em 1927, houve a criação do Código de Menores, onde “todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos (por exemplo: abandonado, carente, infrator, apresentando conduta dita antissocial, deficiente ou doente, ocioso, perambulante) eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento”. (ARANTES, 2004). Para averiguar a aplicação do Código, foi criado em 1941 o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), “que orientava a assistência aos menores assistidos pelas instituições de acolhimento” (SILVA, 2017).

Já na década de 1960, são criados órgãos nacionais como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e órgãos estaduais, que são as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febem). Esses eram abrigos com caráter reformatório e educacional.

Com o fim da Ditadura e a chegada de redemocratização, foi promulgada a nova Constituição Federal em 1988, que coloca a criança e o adolescente como sujeito de direitos. Em seu artigo 277 diz que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988)

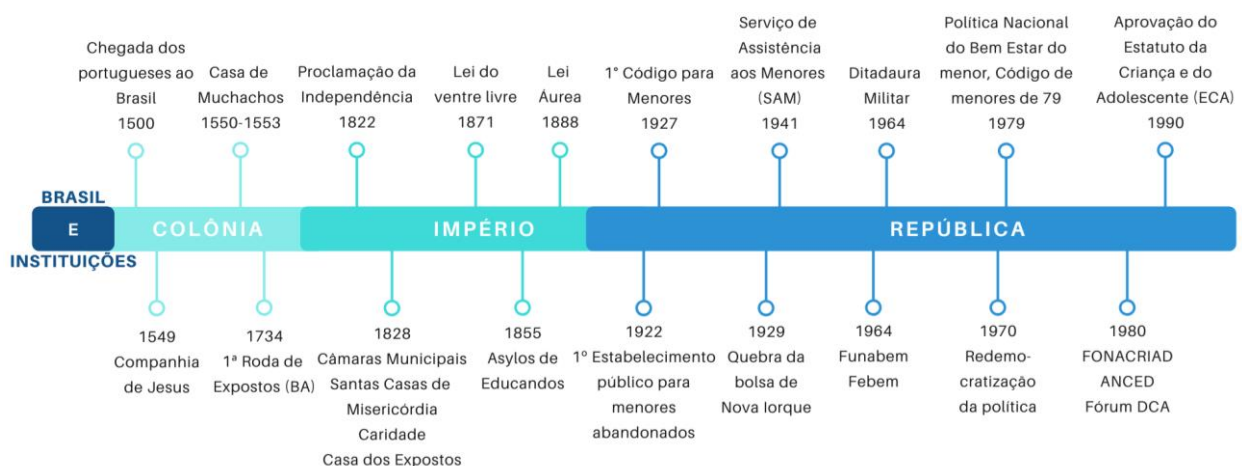
Nesse período iniciou-se o processo de distinção entre as medidas de proteção e as medidas socioeducativas. “As primeiras passaram a ser aplicadas no caso de violação de direitos das crianças e adolescentes por ação ou omissão do Estado; ou por falta, omissão ou

abuso dos pais e responsáveis. Já as medidas socioeducativas são aplicáveis nos casos de ato infracional do adolescente.” (LUZIVARO; GALHEIGO, 2011), ressaltando que essas medidas devem ser de caráter breve e provisório.

Em 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é o mais importante meio de legislação e de proteção da criança e adolescente. Ele assegura a crianças e adolescentes de zero a dezoito anos “direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral” (BRASIL, 1990). “Esse Estatuto é uma das mais avançadas leis do mundo sobre direitos das crianças e dos adolescentes, garantindo, por lei e por outros meios, integral desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, sem tirar a liberdade e dignidade e sem discriminação racial, social ou econômica.” (RIGUETE, 2020)

Na figura 1 localizada abaixo, encontra-se uma linha do tempo mostrando os principais marcos históricos relacionados a institucionalização infantil no Brasil.

Figura 1: Linha do tempo dos marcos sobre instituições de acolhimento no Brasil.



Fonte: Da autora, adaptado de SILVA (2017).

No artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1990)

“Uma das medidas mais aplicadas em relação a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social é a institucionalização, que é um equipamento que consiste em locais próprios para acolher os menores e proporcionar maior qualidade de vida durante sua passagem pelo mesmo.” (SILVA, 2017).

Conclui-se que a Constituição Federal de 1988 e a criação do ECA tiveram papéis fundamentais para a aplicação dos direitos básicos de crianças e adolescentes, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, observa-se que é importante que essas leis continuem se aperfeiçoando e evoluindo junto a sociedade, tendo em vista que ainda permanecem algumas raízes obscuras dos tempos das instituições do Brasil Colônia e do período da Ditadura Militar.

2.1.2 O surgimento de programas sociais para crianças em vulnerabilidade no Brasil

No Brasil colonial o Estado não participava efetivamente da vida dos cidadãos. Somente após a Proclamação da República que foram sendo criadas Leis e diretrizes das mais variadas para poder atender às necessidades das pessoas. Avançando um pouco no tempo, após a Constituição de 1988 que crianças e adolescentes finalmente foram reconhecidos como sujeitos providos de direitos.

Além do ECA, ao longo do período pós ditadura, foram criados mais alguns órgãos de auxílio e proteção à criança e adolescente. De modo resumido, serão listados os mais influentes e importantes programas de assistência social à criança e adolescente em vulnerabilidade social, datadas após a Constituição de 1988

- 1990: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)
- 1991: CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)
- 1993: LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social)
- 2004: PNAS (Política Nacional de Assistência Social)
- 2004: SUAS (Sistema Único de Assistência Social)
- 2005: NOB/SUAS (Norma Básica Operacional do Sistema Único de Assistência Social)
- 2006: PNCFC (Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária)
- 2006: Orientações Técnicas para o Centro de Referência em Assistência Social
- 2009: Lei 12.010/09 (Lei da Adoção)

Especialmente, em 2011, o SUAS se torna Lei que tem como objetivo principal “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (PNAS, 2004)

2.1.3 Modalidades de acolhimento institucional no Brasil

Quando uma criança ou adolescente se encontra em situação de vulnerabilidade, onde sofre violência, abandono, maus tratos e abusos, deve ser encaminhada para casas de acolhimento, que servem como lares temporários até terem seus lares originais reestruturados.

Porém quando isso não acontece, ela é mantida sob proteção do Estado, que garante moradia de permanência até ela ser adotada ou completar a maioridade. “São pessoas que precisam de adultos, de grupos e instituições, responsáveis pela promoção e defesa da sua participação, proteção, desenvolvimento, sobrevivência e, em especial, por seu cuidado.” (PNCFC, 2006)

De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o nome acolhimento é usado para definir os programas de abrigo institucionais como “aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, o abrigo é medida provisória e excepcional, não implicando privação de liberdade.” (PNCFC, 2006)

De acordo com o ECA (BRASIL, 1990), existem duas modalidades de acolhimento: familiar e institucional, como explica o documento Novos Rumos do Acolhimento Institucional. (GULASSA, 2010):

“O acolhimento familiar se dá quando o atendimento é feito por famílias já constituídas (Famílias Acolhedoras) que são preparadas e acompanhadas por um programa específico. O acolhimento institucional se dá em uma instituição especialmente planejada para isto, podendo ser uma casa de passagem, um abrigo institucional, uma casa-lar ou uma república.” (GULASSA, 2010)

Dentro da modalidade institucional, o acolhimento é oferecido de 3 maneiras: Abrigo Institucional, Casa-Lar e República, como é explicado no quadro posicionado abaixo:

Quadro: Modalidades de acolhimento institucional no Brasil.

MODALIDADES	CARACTERÍSTICAS		
	Público alvo	Número máximo	Observações
ABRIGO INSTITUCIONAL	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	Até 20 crianças e adolescentes	É a modalidade mais utilizada de acolhimento
CASA-LAR	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	Até 10 crianças e adolescentes	Uma pessoa ou casal trabalha como cuidador/educador residente
REPÚBLICA	Jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade	Até 6 jovens	Acolhimento de jovens em processo de desligamento institucional que ainda não alcançaram autonomia

Fonte: Da autora, adaptado de JESUS (2021), adaptado de BRASIL (2009).

Em 2009 foi aprovado o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009). Esse documento explica os principais pontos que devem ser observados e levados em conta nos sistemas de acolhimento, explicando métodos de planejamento físico desses lugares. É fundamental que esses abrigos ofereçam um espaço acolhedor e que promova o pleno desenvolvimento físico e mental dos abrigados enquanto estão no local, ajudando-os a superar os traumas vividos no período de vulnerabilidade.

De acordo com o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009):

“O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.” (BRASIL, 2009)

O impacto psicológico e físico gerado pelo afastamento familiar da criança ou adolescente pode ser amenizado e até mesmo superado nesses abrigos através da correta organização do espaço, garantido conforto e segurança e também pelo devido apoio psicológico e pedagógico realizados por profissionais capacitados em lidar com tais situações.

2.1.4 Humanização do espaço e psicologia ambiental

Para conceituar o que é humanização de espaços, primeiro é preciso entender o conceito de humanização: do verbo *humanizar*, significa tornar (-se) humano, dar ou adquirir condição humana. Após isso é importante entender o que é a falta de humanização: carência de iluminação e ventilação natural, falta de arborização e excesso de pavimentação são

exemplos de espaços que apresentam falta de humanização nas edificações. A humanização espacial é importante para resgatar a dignidade do ser humano e envolve fatores educacionais, sociais e psíquicos. Segundo Mezzomo (2002).

“Humanizar refere-se, à possibilidade de assumir uma postura ética de respeito ao outro, de acolhimento e de reconhecimento dos limites. Humanizar é fortalecer este comportamento ético de articular o cuidado técnico-científico, com o inconsolável, o diferente e singular.” (MEZZOMO, 2002).

Sendo assim, parafraseando VASCONCELOS (2004), humanizar um ambiente é colocar o usuário como foco principal, trazendo segurança, conforto físico e psicológico na realização de suas atividades.

Se tratando de Arquitetura, num ambiente tudo deve estar se relacionando: cor, som, cheiro, morfologia, volumetria, espacialidade etc. O desequilíbrio de algum desses elementos pode trazer sensação de mal-estar no usuário, já que é comprovado cientificamente que o ambiente interfere diretamente na saúde e bem-estar do mesmo. Analisando de forma interdisciplinar, a Psicologia é uma área muito ligada a Arquitetura no sentido da relação com pessoa e o ambiente em que se vive. Através da Psicologia Ambiental, pode-se entender melhor como o ser humano se comporta no ambiente que o cerca. Segundo CARVALHO; SOUZA (2008), o conceito de Psicologia Ambiental se dá pela “relação bidirecional entre pessoa e ambiente, priorizando aspectos físicos amplos do ambiente (...), os quais atuam sobre o comportamento humano em interdependência com os demais componentes, físicos e humanos, de um determinado contexto ambiental.”

Tais fatores são na maioria das vezes negligenciados no planejamento dos ambientes. Nesse contexto, ambiente se conceitua como multidimensional, onde se compreende o meio físico em que se vive, “o qual é indissociável das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas daquele contexto específico.” (CAMPOS-DE-CARVALHO; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).

Do mesmo modo que o ambiente modifica o comportamento humano, o mesmo pode modificar o ambiente de acordo com suas necessidades. Dessa forma, a humanização se torna um fator muito importante no desenvolvimento do indivíduo, pois através da percepção, da legibilidade e da apropriação daquele ambiente, o ser humano vai fazer com que ele se torne parte de sua identidade. No contexto dos abrigos institucionais, esses três fatores citados precisam ser aplicados para que as crianças se sintam parte daquele lugar e consigam se adaptar com maior facilidade.

O ambiente institucional precisa ser favorável para a interação entre os abrigados, de forma que eles se sintam parte de um lar que foi tirado dos mesmos pelos mais diversos motivos. O planejamento arquitetônico entra com esse papel de organizar todas as informações teóricas num espaço físico, trazendo sentido para tudo que foi dito. “Tudo se relaciona e interage num ambiente, por isso a escolha dos elementos para compô-lo é fundamental para se chegar a ambientes confortáveis e seguros.” (VASCONCELOS, 2004)

2.1.5 O indivíduo em desenvolvimento e o ambiente

De acordo com MORAIS (2013), “desenvolvimento humano é um processo de continuidade e mudanças nos diferentes domínios do comportamento humano-motor, cognitivo/linguagem e psicossocial que ocorre ao longo do ciclo da vida.” O ambiente físico no qual vive uma criança influencia tanto no seu desenvolvimento físico quanto mental. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade sofrem negligência e abandono, e convivem muitas vezes em ambientes onde não há bem-estar físico e mental, implicando na falta de qualidade de vida e resultando na privação de desenvolverem suas potencialidades e funcionalidades como indivíduo.

Os abrigos institucionais precisam proporcionar o bem-estar que foi privado aos abrigados, já que esse bem-estar promove interação social, implicando no pleno desenvolvimento. Como citam vários teóricos, dentre eles Maria Montessori, que diz que “o mundo intelectual do indivíduo é construído por meio de impressões e experiências.” (MONTESSORI, 1949). Para isso, é preciso que o ambiente estimule o indivíduo das mais variadas formas. A organização do espaço físico é um indicador de desenvolvimento e bem-estar, podendo ser relacionado ao conceito de qualidade de vida. (JESUS, 2021).

O uso de determinadas cores, iluminação bem posicionada e estímulos visuais como desenhos artísticos voltados à natureza são elementos que podem estimular as crianças. De acordo com MONTESSORI (1949), crianças possuem uma “mente absorvente”, que é estimulada inconscientemente através do seu entorno.

Assim, elementos artísticos, uso das cores, da iluminação, de visuais voltados à natureza, entre outras opções que compõem o ambiente, devem ser vistos, não somente pela vertente estética, mas também como parte de um todo que promove o bem-estar para aqueles que ali estejam envolvidos diariamente.

De modo a facilitar esses estímulos, podem ser aplicadas normas de conforto e ergonomia, conforme a NBR ISO 11226 de ergonomia, a NBR 15575 de habitabilidade e a

NBR 9050 de acessibilidade. Além disso, podem ser aplicados princípios do Design Biofílico, que é uma técnica arquitetônica que reconecta o ser humano com a natureza através de elementos e formas naturais.

2.1.6 Princípios do Design Biofílico

Antes de entender o que é o Design Biofílico, é importante conceituar o que significa a Biofilia, que é o termo originário. Biofilia é a conexão natural que o homem tem com a natureza, que não é ensinada, mas nasce subconscientemente em todas as pessoas. Esse termo foi criado pelo psicólogo Erich From, e ficou mais conhecido quando o sociobiologista Edward Wilson aplicou nas suas teorias em seu livro *Biophilia* (1984). É necessário que o ser humano precise se conectar com a natureza em níveis físicos, mentais e sociais, como explicam HEERWAGEM E ILOFTNESS (2012).

Diante disso, o Design Biofílico tem como premissa trazer de volta a sincronia do homem com a natureza através de cores, formas e texturas que remetem o natural, além do uso do paisagismo como um grande aliado. É comprovado cientificamente que a falta de iluminação e ventilação natural é prejudicial ao desenvolvimento e funcionalidade do ser humano, como diz JOYE (1992): “A imitação dos elementos naturais na arquitetura e a concepção de ambientes que promovam o contato direto com a natureza pode ter efeitos positivos no homem e à redução do estresse”.

LEFF (2008) cita que “com o crescimento e a globalização econômica, degradaram a diversidade biótica e cultural, e contribuiu para a desintegração de valores culturais, identidades e práticas produtivas das sociedades tradicionais.” Mediante isso, as relações naturais entre o homem e a natureza foram sendo desintegradas, deixando de lado a cultura de relação saudável entre homem e natureza e dando espaço a tecnologias como ventilação e iluminação artificial, que trazem mais malefícios à saúde do que benefícios.

Assim, as relações do homem com o mundo natural foram desintegradas, junto com seus valores. Isto significa, que a cultura da boa relação com a diversidade natural ficou no passado e foi assumida por uma cultura contemporânea, advinda com o crescimento e a racionalidade econômica.

Como diz LADISLAU (2019) “O design biofílico surge em resposta à necessidade humana de se conectar com a natureza, estendendo essa conexão com a natureza aos espaços humanos construídos.” Sua aplicação pode ser feita tanto externa quanto internamente nos

ambientes, e consiste basicamente em três categorias segundo KELLERT (2015): Experiência direta com a natureza, experiência indireta com a natureza e experiência de local e espaço.

De modo resumido, na experiência direta com a natureza se dá com o uso do contato direto com a luz e ventilação natural, também com uso de vegetação, água corrente e criação de paisagens naturais para contemplação. Na experiência indireta com a natureza faz-se o uso de representação da natureza através de figuras, fotos ou pinturas, além do uso de materiais naturais ou que imitem materiais naturais como madeira e pedra e com o uso de formas orgânicas e formas geométricas presentes na natureza. Na experiência de local e espaço, é usado o conceito de refúgio, trazendo a visualização do entorno pelo usuário, sendo feito com espaços de transição como corredores, pátios e portões que conectam o interno e o externo de modo sutil e agradável, trazendo sensação de proteção ao usuário. É importante destacar que tais elementos devem ser usados com coerência e equilíbrio.

É importante que a arquitetura desperte diferentes sensações nos seus usuários, como diz OKAMOTO (2002) “quanto mais a arquitetura desperta emoções e sentimentos, mais ela beneficia o desenvolvimento da afetividade entre o humano e o local, despertando assim o sentimento de pertencimento que cria a relação de lugar.”

Para finalizar este capítulo, BRANDÃO (2021) diz que “o design biofílico tem a função de criar espaços confortáveis para todos os seres habitantes da terra, contribuindo para a coexistência entre espécies e o viver de forma ecológica e sustentável.”

3. RESULTADOS: ESTUDO DE OBRAS ANÁLOGAS

O estudo de obras análogas se dá pela compreensão prática o que foi apresentado teoricamente até o presente momento. Para fundamentar e referenciar a pesquisa, foram analisados dois projetos de casas de acolhimento, sendo os dois localizados fora do Brasil.

Inicialmente, a procura de obras análogas se concentraria no Brasil, porém não foram encontradas referências que fossem relevantes e que tivessem diretrizes projetuais necessárias para o estudo. De acordo com JESUS (2021) “Levanta-se aqui a hipótese de que isso se deu porque no país há predominância do aluguel e adaptação e reforma de casas para instalação dessas instituições (...)”. Segundo a autora, essas adaptações muitas vezes não são feitas da forma ideal.

3.1 Abrigo Infantil da Fundação da Cruz Vermelha, Tailândia

Figura 2: Imagem mostrando a disposição de alguns dos edifícios no terreno.



Fonte: Site Archidaily. Fonte Foto: Ketsiree Wongwan

Projetado pelo escritório Plan Architect, a construção possui 5700 m² e fica localizado na cidade de Nakhon Pathom, na Tailândia. Conforme mostra a figura 2, é uma vila de acolhimento patrocinada pela Fundação da Cruz Vermelha da Tailândia e pode ser considerado como um abrigo institucional de permanência continuada. De acordo com a figura 3, essa vila é dividida por 7 edificações de tipologias diferentes: Casa do Diretor, Casa do Professor, Dormitório de Estagiários, Casa das Crianças, Sala de Treinamento, Refeitório e Edificação de Serviços.

Figura 3: Implantação do projeto.



Fonte: Plan Architects

A principal intenção desse projeto é trazer um ambiente confortável e natural para as crianças, além disso, o projeto foi feito para ter um conceito de arquitetura sustentável. A preocupação com a orientação das edificações, de modo que ocorra a ventilação cruzada, e a colocação de brises nas fachadas com maior incidência solar foram os partidos encontrados para concretizar o conceito filosófico chamado de “economia de suficiência” do Rei Bhumiphol, que governou a Tailândia por 70 anos. (ARCHDAILY, 2015, online)

Figura 4: Imagem mostrando a área comunitária entre os dois maiores prédios.



Fonte: Site Archdaily. Fonte Foto: Ketsiree Wongwan

Outro ponto principal do projeto é a área comunitária entre os dois maiores prédios, como aponta a figura 4, onde são instaladas as Casas das Crianças. A intenção é seja um

espaço de vivência e aprendizado entre os abrigados, além de servir como um lugar de contato com a natureza, criando um “novo estilo de vida natural para as crianças” (PLAN ARCHITECT, 2013, online)

3.2 Casa de Acolhimento para Menores, Dinamarca

Figura 5: Fachada frontal destacando as formas lúdicas das coberturas.



Fonte: Site Archdaily. Fonte Foto: Mikkel Frost

Projetado pelo escritório CEBRA, a Casa de Acolhimento para menores possui 1500 m² e fica localizada em Kerteminde, Dinamarca, conforme indica a figura 5, mostrando a fachada. O projeto consiste em um centro de atenção para crianças e adolescentes marginalizados. É um projeto pioneiro pois segundo o escritório, “o conceito “Nossa Casa” da CEBRA combina o ambiente seguro do lar tradicional com novas ideias e concepções do que é um lar infantil e quais necessidades ele deve atender.” (CEBRA, 2014, online)

“Uma das funções principais do projeto é trazer de volta o aconchego de um lar, e estabelecer entre as crianças relações interpessoais, preparando-os para o futuro. “Os arredores físicos refletem um enfoque pedagógico orientado na própria arquitetura que apoia ativamente o trabalho diário dos trabalhadores com as crianças que lutam com problemas de saúde mental e social.” (ARCHDAILY, 2015, online)

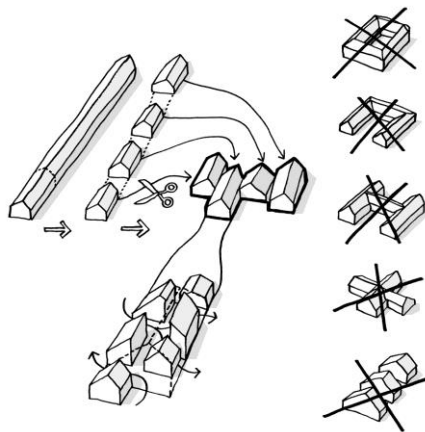
Figura 6: Fachada frontal com destaque para o parquinho em frente a edificação.



Fonte: Site Archdaily. Fonte Foto: Mikkel Frost

A forma da edificação também remete esse conceito de “lar” e foi pensada exatamente para remeter aos desenhos feitos por crianças: uma casa de duas águas com chaminé, como mostra a figura 6. “Ao combinar e aplicar os elementos básicos de uma forma nova e lúdica, a casa de acolhimento se destaca como um lugar extraordinário através da sua própria identidade.” (ARCHDAILY, 2015, online)

Figura 7: Diagrama de partido do projeto.



Fonte: CEBRA

De acordo com o escritório CEBRA, conceito e partido estiveram sempre bem atrelados, como está evidenciado na figura 7:

“‘Nossa Casa’ está organizada basicamente em quatro casas interligadas para reduzir a escala do edifício e criar unidades independentes e variadas para os diferentes grupos de moradores. A forma esquadrejada é modificada pelos distintos perfis de águas-furtadas, que crescem dentro e fora das casas individuais, são viradas de cabeça para baixo e até se elevam para formar uma torre de observação. Este conceito flexível dá aos moradores a oportunidade de definir sua própria marca na disposição, decoração e uso desses 'espaços bônus' de acordo com as necessidades e atividades.” (CEBRA, 2014, online)

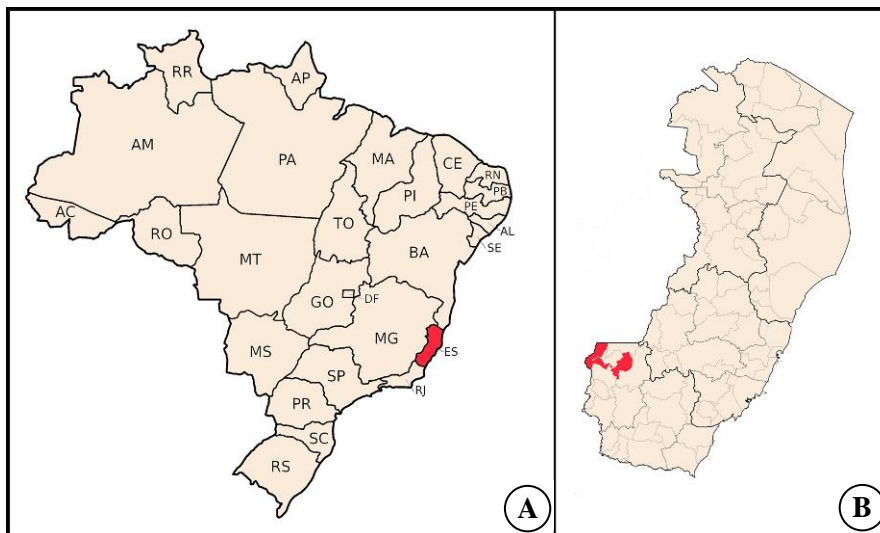
4 DISCUSSÃO: OBJETO DE ESTUDO- Centro de Apoio Social Aliança (CASA)

No objeto de estudo será apresentada a contextualização do referencial teórico e do estudo de obras análogas por meio da apresentação do Centro de Apoio Social Aliança, que fica localizado na cidade de Iúna-ES. Serão mostrados um breve histórico da cidade, seu contexto econômico e social e também a história do CASA.

4.1 A cidade de Iúna (ES)

A cidade de Iúna fica localizada do sul do estado do Espírito Santo, na região do Caparaó, como mostra a figura 8. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, possui 27.328 habitantes (IBGE, 2010, online). O município ocupa uma área de 460,586 m² e faz divisa a oeste com o estado de Minas Gerais. Localizado próximo ao Pico da Bandeira, o terceiro maior do Brasil, a região possui clima tropical de altitude e é rodeado por magníficas cachoeiras, dentre elas o Poço das Antas e a Cachoeira do Rio Claro, e de mata nativa e montanhas. O Pico Colóssus, também chamado de Mirante do Caparaó, é um dos pontos turísticos naturais mais conhecidos, possui 1650 metros de altitude e proporciona uma vista incrível para a Serra do Caparaó. (IÚNA ES, 2022, online) (CÂMARA IÚNA ES, 2022, online)

Figura 8: Mapa de localização do estado do Espírito Santo (A) e do município de Iúna-ES (B).



Fonte: Da autora, adaptado de Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006.

O município começou a ser desbravado a partir de 1814 com a abertura da Estrada Real São Pedro de Alcântara. Em 24 de outubro de 1815 foi inaugurado o Quartel do Rio Pardo, dando início ao povoamento do município. Em 1855, o alferes José Joaquim Ferreira Vale doou um terreno para a construção da igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens e para a construção do Cemitério Municipal. (BIBLIOTECA IBGE, 2022).

A Vila do Rio Pardo, como foi chamada até 1943, foi pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) até 1890, quando ocorreu seu desmembramento. Em 1943, o município passou a se chamar Iúna, que é um termo em Tupi que significa “rio preto” ou “água escura”. (POR TRÁS DO NOME, 2016, online)

O território que antes era ocupado pelos índios puris e botocudos, começou a ser povoado por bandeirantes, e mais tarde por imigrantes italianos, alemães e libaneses. Atualmente o município é composto em sua maioria pelos descendentes dessas famílias, não havendo mais nenhum registro dos nativos que antes habitavam a região. Atualmente a economia do município é baseada na cafeicultura, pecuária, prestação de serviços e comércio, indústria de madeira e produção de mármore e granito. (IUNA ES, 2022, online)

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, Iúna possui um IDH de 0,665 que é considerado médio, e de acordo com o Censo do IBGE de 2019, o salário médio mensal era de 1,8 salários-mínimos, com 11,5% da população ocupada. (BIBLIOTECA IBGE, 2022). O município de população majoritariamente católica, a única instituição de acolhimento existente na cidade deu-se início por uma organização filantrópica composta por freiras, como será mostrado no próximo capítulo. (CIDADES IBGE, 2022, online)

4.2 Centro de Apoio Social Aliança (CASA)

O objeto de estudo se chama Centro de Apoio Social Aliança (CASA) e fica localizado na rua Claudionor Mariano da Silveira, no bairro Nossa Senhora da Penha, na cidade de Iúna (ES).

O CASA é um serviço vinculado à Proteção Social de Alta Complexibilidade e funciona como um complexo institucional onde existem duas unidades de acolhimento. O primeiro edifício é uma residência inclusiva, que abriga adultos de 18 a 59 anos que possuem deficiência física e mental.

O segundo edifício é o que será abordado mais profundamente nesse capítulo, funciona com atendimento especializado na modalidade abrigo institucional, onde são acolhidos crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação dos seus direitos. A figura 9 apresenta a localização do abrigo.

Figura 9: Localização do Centro de Apoio Social Aliança.



Fonte: Da autora, adaptado de Google Maps (2022)

O abrigo foi fundado no dia 02 de abril de 2001 por Maria Amélia Araújo, em conjunto com a Sociedade Brasileira de Cultura Popular, que é o órgão administrador do local. Em 2007 esse órgão se tornou uma entidade privada sem fins lucrativos e é classificado como uma instituição filantrópica composta em sua maioria por irmãs de caridade. De início, a intenção do local era acolher pessoas sem teto, mas com o tempo foi se ampliando, recebendo desde crianças a idosos de até 75 anos. Após um tempo, o abrigo se dividiu em 2 edifícios: uma residência inclusiva para adultos de 18 a 59 anos e uma casa de passagem para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. (Fonte: Relato da coordenadora).

O abrigo age de acordo com as normas da Política Nacional de Assistência Social e é baseado no SUAS e recebe meninas de 0 a 18 anos e meninos de 0 a 12 anos. Na figura 10 é apresentada a fachada frontal do edifício. Atualmente, o abrigo possui 15 crianças: 9 meninas e 6 meninos. Atualmente conta com uma equipe de 8 cuidadoras, sendo 4 diurnas e 4 noturnas, 2 cozinheiras, 2 ajudantes de serviços gerais, 1 coordenadora pedagoga, 1 coordenadora administrativa, 1 assistente social e 1 psicóloga, além das irmãs (freiras) que vivem na outra parte do Centro de Apoio e também dão o devido suporte para os abrigados.

Figura 10: Fachada frontal do abrigo Casa de Apoio.



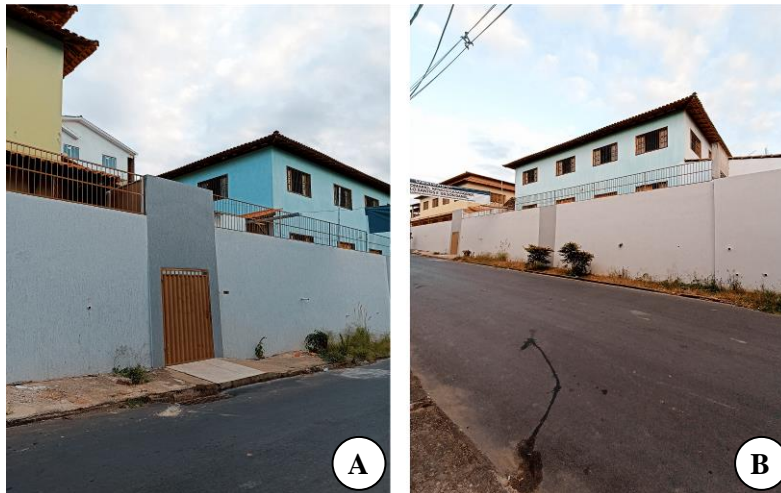
Fonte: Da autora (2022)

As atividades principais no Centro de Apoio promovem ensino de arte e cultura, atividades de assistência social e atividades filosóficas e religiosas. Os cuidadores são compostos por freiras e por uma pedagoga, que auxilia as crianças nas tarefas escolares e é responsável pelo deslocamento das mesmas para a escola.

O serviço ofertado no abrigo permite a socialização e previne futuras situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, ações sociais, educativas e culturais para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Dessa forma, mostra a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social de crianças e adolescentes. O principal papel social do abrigo é fortalecer as relações familiares e comunitárias, e viabilizar no menor tempo possível o retorno seguro dos abrigados ao convívio familiar nos seus lares de origem ou em família substituta.

Conforme mostra a figura 11, o abrigo possui características de uma residência, e está inserido em um bairro residencial. Tem boa infraestrutura e atualmente (2022), está passando por reparações estruturais internas e externas.

Figura 11: Acesso principal do abrigo (A). Fachada frontal e lateral do edifício (B).



Fonte: Da autora (2022)

4.3 Condicionantes físicas do terreno

O terreno em que o Centro de Apoio está inserido é em um bairro residencial de classe baixa e possui confrontante posterior com as casinhas populares da cidade, onde possui um muro de contenção que foi construído pela prefeitura municipal em 2021 impedindo deslizamentos de terra em épocas chuvosas que poderiam afetar a estrutura da Casa de Apoio.

O terreno está situado em nível acima da rua e seu acesso é feito através de uma escada como mostra a Figura 12.

Figura 12: Escada de acesso do Centro de Apoio Social Aliança vista de baixo (A) e vista de cima (B).

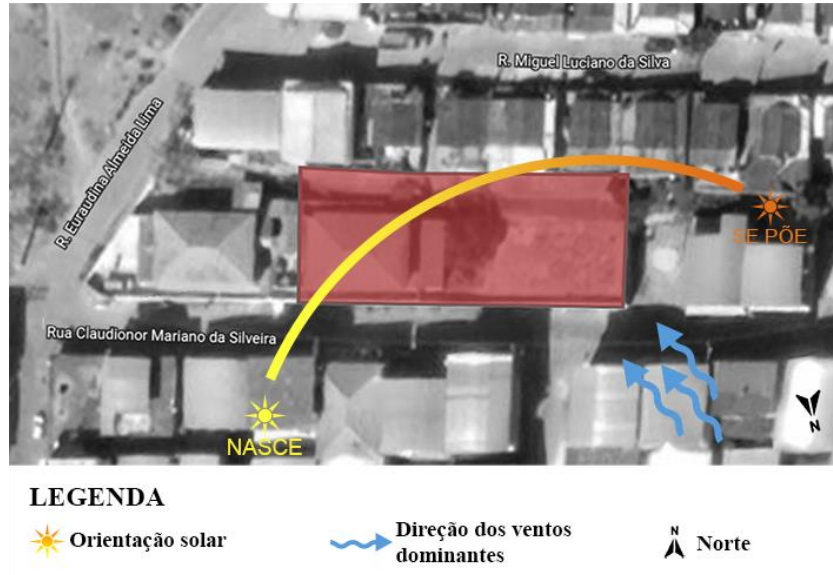


Fonte: Da autora (2022)

A fachada frontal possui orientação voltada predominantemente para o norte, recebendo a maior parte da insolação durante o dia. Os ventos dominantes, que vem do norte

durante 9 meses do ano (entre maio e março), ajudam a amenizar a insolação que afeta uma parte da área íntima localizada no primeiro pavimento. A figura 13 mostra um diagrama de orientação solar e ventos dominantes para melhor entendimento.

Figura 13: Diagrama de orientação solar e ventos dominantes do Centro de Apoio Social Aliança

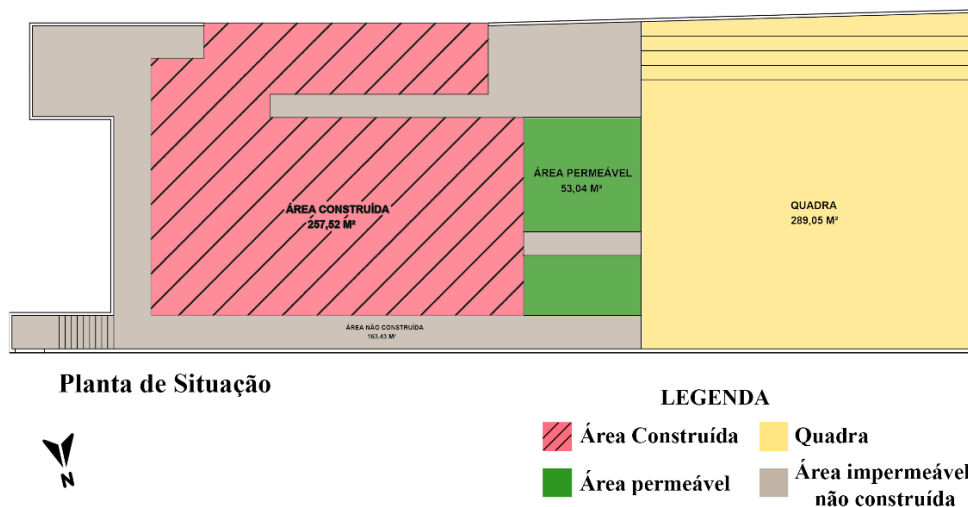


Fonte: Da autora, adaptado de Google Earth (2022)

4.4 Descrição espacial do local

O terreno ao todo possui aproximadamente 1500m², porém a área que a Casa de Passagem para crianças e adolescentes ocupa possui 782m². A área permeável ocupa apenas 6,7% do terreno. A figura 14 apresenta a planta de situação do terreno contendo as áreas construídas e permeáveis.

Figura 14: Planta de Situação do abrigo Casa de Apoio



Fonte: Da autora (2022)

O abrigo consiste em uma edificação de dois pavimentos, com fachada frontal voltada para norte e possui características de uma residência. Possui um pequeno jardim (área permeável) na fachada oeste. Logo após a área de jardim, encontra-se uma quadra descoberta com piso cimentício. A residência é dividida por 5 áreas: serviço, social, lazer, íntima e circulação.

O único acesso se dá por uma escada, que se conecta ao acesso para a quadra e ao acesso ao refeitório. No térreo estão localizados o refeitório, que é o único local que dá acesso ao interior da residência, contém também uma cozinha com despensa e DML, uma área de serviço, uma lavanderia, uma sala de estudos, 2 banheiros sociais, 2 lavabos, uma brinquedoteca, que atualmente, se encontra fechada devido às reformas, uma sala de assistência social, uma sala administrativa, uma sala de secretaria e uma sala que serve como área de convivência.

Pelo refeitório é acessado um corredor central onde se localizam um dos banheiros sociais, a sala de estudos, a brinquedoteca, secretaria, assistência social e administração. Ao final do corredor está localizado a sala de convívio, onde se encontram mais 1 banheiro e 1 lavabo, e por fim, há uma porta que dá acesso à quadra através de uma rampa.

No primeiro pavimento encontram-se 1 dormitório para os meninos e 4 dormitórios para as meninas, sendo 2 suítes e 1 banheiro social, há também uma sala de convivência que possui uma TV e alguns brinquedos, e um closet que é acessado pela sala de TV. Para acessar o primeiro pavimento, é utilizada uma rampa. No final da rampa há uma varanda e a porta de entrada com um pequeno hall. Após isso encontra-se o corredor que dá acesso à sala de TV, dormitórios e banheiro social. Na figura 15 é apresentado um fluxograma do local para melhor compreender a circulação e fluxos.

4.5 Análise espacial

Como pode ser notado pelo fluxograma e pela planta de zoneamento, a setorização residencial não é bem aplicada no térreo, tendo em vista aspectos de orientação solar, devido a isso, alguns locais recebem insolação além do necessário, e outros não recebem iluminação e ventilação devidas. No térreo não existem zonas bem separadas e a recepção do local acabou se tornando a sala de estudos de forma improvisada, com uma divisão de gesso para atender à necessidade do local. Já no primeiro pavimento, a setorização é parcialmente aplicada, mas também não são levados em consideração os aspectos de insolação.

4.5.1 Área Social

A área social é composta pelo refeitório, sala de convivência e sala de estudos no térreo, e sala de TV no primeiro pavimento. Há também 1 lavabo interno e 1 externo que podem ser usados como banheiros sociais. As salas que se encontram no térreo possuem revestimento cerâmico de 1,50m de altura para facilitar a limpeza, o que tira do ambiente um aspecto de lar, tornando-se desconfortável visualmente e termicamente para os abrigados. Os ambientes são de cores neutras, com pouco mobiliário e praticamente nenhuma decoração, tornando-se um local pouco convidativo e aconchegante. Há uma carência mobiliários adequados para as crianças, resultando num ambiente pobre de informações e estímulos visuais. A figura 17 apresenta os dois principais pontos de convívio social do térreo.

Figura 17: Refeitório (A) e Sala de estudos (B)



Fonte: Da autora

A área de convivência atualmente não possui nenhum mobiliário, sendo apenas uma grande sala que acaba não sendo usada pelas crianças. O local dá acesso a 1 banheiro social e 1 lavabo, além de possuir acesso para a quadra. O ambiente possui algumas patologias que segundo a coordenadora, estão sendo reparados devido às reformas que estão acontecendo no

local, além de possuir um problema de acessibilidade, pois possui uma pequena escada invés de uma rampa.

Os lavabos são pequenos, sem barras de apoio e sem espaço para circulação de cadeirantes, o que pode se tornar um problema caso chegue alguma pessoa com deficiência no local. A figura 18 apresenta imagens do lavabo e da sala de convivência.

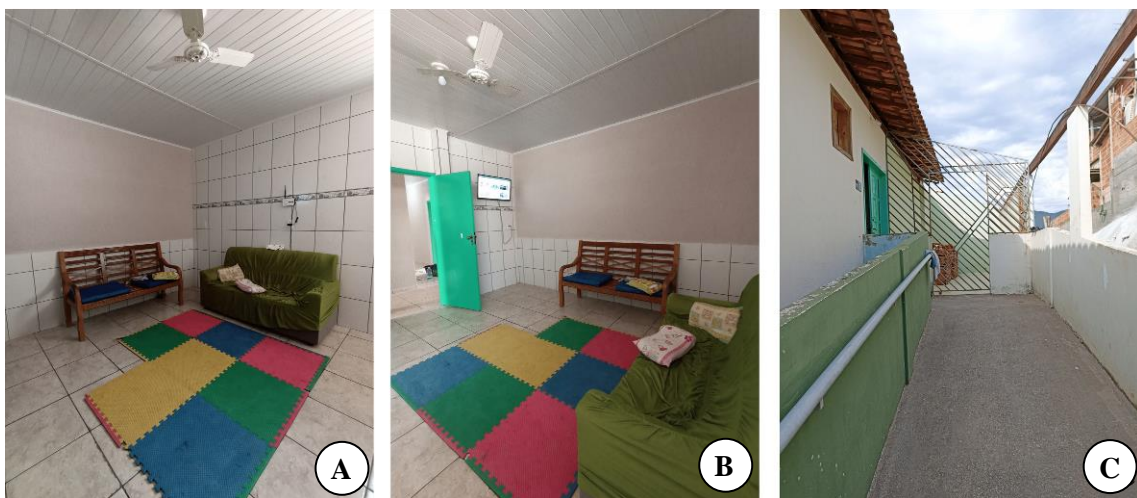
Figura 18: Lavabo interno térreo (A), escada de acesso à sala de convivência (B), sala de convivência (C e D)



Fonte: Da autora

No primeiro pavimento, a sala de TV é o local principal de convivência. O local que antes era uma cozinha com área de serviço, deu lugar à sala e a um closet (área íntima). O local também possui revestimento cerâmico nas paredes, e ainda possui a bancada de granito da antiga cozinha. Há apenas 1 estofado e 1 banco de madeira com acento estofado, e também uma TV de 20 polegadas instalada na parede. Há também um tatame infantil colorido no chão. A figura 19 mostra a sala de TV e a varanda que atualmente se encontra fechada devido às reformas.

Figura 19: Sala de TV (A) e (B), varanda (C)



Fonte: Da autora

4.5.2 Área Serviço

A área serviço é composta por cozinha, despensa, DML, área de serviço e lavanderia. Além disso, foram acrescentadas as salas administrativas nesse setor, que são compostas por sala de assistência social, sala de secretaria e sala de administração. A cozinha possui mobiliário necessário para suprir as necessidades do local, e possui um pequeno portão para impedir que crianças muito pequenas tenham acesso, mas carece de um layout que seja funcional. A cozinha possui uma pequena despensa e não há uma divisão dos setores da área serviço e área social, dificultando o recebimento e triagem dos alimentos e doações.

O DML é acessado pelo corredor interno e não foi possível obter imagens do mesmo, assim como da despensa. A área de serviço e lavanderia são localizados no lado de fora, como um anexo da edificação principal. Nesses ambientes não foram observados problemas patológicos ou de falta de acessibilidade. Nas figuras 20 e 21 são mostradas a cozinha e lavanderia.

Figura 20: Cozinha (A e B)



Fonte: Da autora

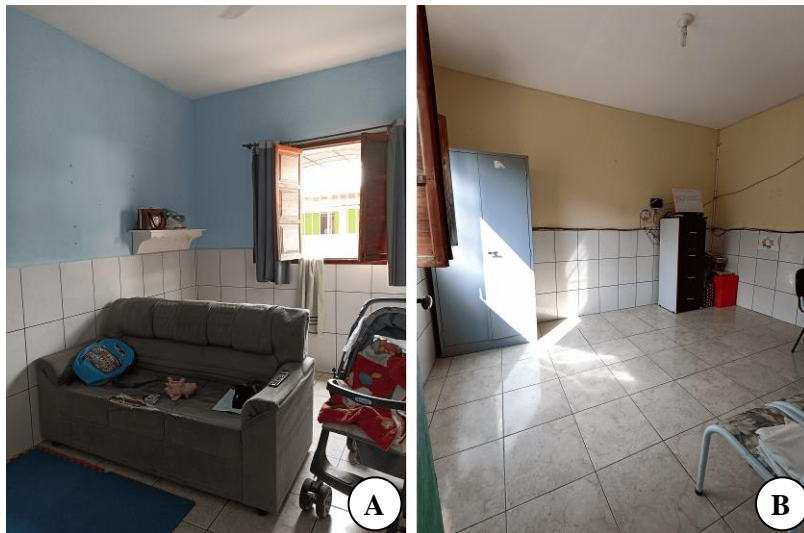
Figura 21: Lavanderia (A), Área de serviço (B)



Fonte: Da autora

Em relação às salas administrativas, foram encontrados os mesmos problemas de falta do uso de cores e mobiliário adequado, como mostra a figura 22. Um ponto importante a ser observado é que as salas de assistência social e administração foram transferidas para outra parte do Centro de Apoio para serem usadas como berçário e sala de TV respectivamente. Na figura 22 são mostradas essas salas, ainda com os usos temporários.

Figura 22: Administração (A) com usos temporários de sala de tv e berçário e secretaria (B)



Fonte: Da autora

4.5.3 Área Lazer

A área de lazer consiste na quadra e na brinquedoteca, ambas localizadas no térreo. Devido às reformas que estão acontecendo no local, não foi possível acessar a brinquedoteca para obter imagens da mesma, pelo fato de ter se tornado um depósito temporário de doações. Já a quadra é configurada por uma área cimentada ao ar livre de aproximadamente 289 m² que está situada no lado oeste do terreno. A área da quadra possui um muro que a separa do limite da rua, e no lado sul, há uma arquibancada que também faz limite com o terreno do confrontante.

A falta de sombreamento prejudica o uso da quadra durante a tarde, já que a mesma está implantada com orientação solar predominantemente virado para o norte e oeste, o que causa excesso de insolação e ofuscação. O local não possui nenhum tipo de brinquedo ou

mobiliário urbano que seja convidativo ou estimulante, não possui piso adequado para prática segura de esportes e além disso os muros não possuem tela de proteção, o que pode ser perigoso para as crianças, já que a rua está situada em um nível abaixo do terreno e o muro possui apenas 1 metro de altura. Na figura 23 são mostradas imagens da quadra.

Figura 23: Quadra (A e B)



Fonte: Da autora

4.5.4 Área Íntima

A área íntima é composta por 2 banheiros no térreo, 3 banheiros no primeiro pavimento, 1 closet, 1 dormitório masculino para crianças até 6 anos acompanhado do berçário e 4 dormitórios femininos, sendo 2 desses dormitórios femininos com suíte. Sobre os banheiros, eles possuem patologias como mofo e paredes descascadas devido à ventilação insuficiente.

O banheiro que é acessado pelo corredor interno do térreo possui espaço para acessibilidade, apesar de não possuir os equipamentos necessários. Já o banheiro que é acessado pela sala de convivência, não possui nenhuma acessibilidade, além de possuir alguns problemas que causam risco de queda para as crianças, como é o caso do box elevado que foi feito para facilitar para as cuidadoras o banho de crianças menores, mas que não oferece nenhuma segurança, tanto pela altura quanto pelo piso escorregadio. Na figura 24 são apresentados os banheiros íntimos do térreo.

Figura 24: Banheiros térreo (A, B e C)



Fonte: Da autora

No primeiro pavimento estão localizados os demais banheiros, closet e dormitórios. O banheiro social não possui ventilação e iluminação natural, o que causa patologias como mofo. Um dos banheiros possui o mesmo problema do box elevado, que pode comprometer a segurança de quem o usa. Nenhum dos banheiros do primeiro pavimento possuem acessibilidade e são em dimensões mínimas. A falta de segurança é um ponto importante que deve ser destacado, pois em áreas molhadas é necessário que haja barras e piso adequado, o que não ocorre em nenhum dos banheiros do abrigo. Na figura 25 são apresentadas imagens dos banheiros (social e suítes) e do closet.

Figura 25: Banheiros 1º pavimento (A, B e C) Closet (D)



Fonte: Da autora

Os dormitórios possuem boa iluminação e ventilação, apesar de estarem mal posicionados em relação à orientação solar. O dormitório masculino possui camas para 6

crianças e 2 berços, e os dormitórios femininos comportam as 9 meninas que atualmente se encontram no abrigo. Sobre os dormitórios das funcionárias, não foram incluídos na pesquisa pois ficam localizados na outra edificação do Centro de Apoio.

Sobre o mobiliário dos dormitórios, pode se observar que são básicos, mas que atendem às necessidades dos abrigados. Todos os quartos possuem armários para cada criança guardar seus pertences pessoais com mais privacidade. O uso de cores é bem limitado, sendo todos os dormitórios de uma mesma cor, sem distinção de gênero ou faixa etária. Os quartos femininos são divididos por família, para que as crianças se sintam mais confortáveis e não percam o convívio que já tinham antes com suas irmãs. O layout é bem distribuído e possibilita a plena circulação dentro dos ambientes, apesar de alguns quartos serem pequenos. A falta de objetos de decoração que remetam a um lar é um aspecto importante de se observar pois todos os quartos seguem um mesmo layout com os mesmos mobiliários. Nas figuras 26 e 27 são mostradas imagens dos dormitórios masculino e feminino, respectivamente.

Figura 26: Dormitório masculino e berçário (A e B)



Fonte: Da autora

Figura 27: Dormitórios femininos (A, B C e D)



Fonte: Da autora

4.5.5 Área Circulação

A área de circulação é bem ampla e interliga os pontos principais da casa com a área da quadra, porém, logo no acesso principal pode-se observar um problema em relação à acessibilidade, pois o único acesso se dá através de uma escada, como é observado na figura 28.

Figura 28: Acesso principal à edificação



Fonte: Da autora

Os acessos internos possuem largura adequada e possuem piso antiderrapante, o que minimiza riscos de queda. O acesso frontal para a quadra se dá através de uma rampa, não possui cobertura e é delimitado por um portão. O acesso ao refeitório e área de serviço possui cobertura de telhado colonial. O acesso posterior é mais utilizado por funcionários e fica entre a rampa e o limite da edificação. A figura 29 apresenta os acessos citados neste parágrafo.

Figura 29: Acesso frontal para a quadra (A e B), Acesso ao refeitório e área de serviço (C), acesso posterior para a quadra (D)



Fonte: Da autora

A circulação interna do térreo começa no refeitório e termina na sala de convivência. Não possui piso antiderrapante e suas paredes são cobertas de revestimento cerâmico a uma altura de 1,20 m. Possui 1,50 m de largura e dá acesso ao DML, banheiro social, secretaria, sala de estudos, brinquedoteca, assistência social e administração, como mostra a figura 30.

Figura 30: Circulação interna térreo (A e B)



Fonte: Da autora

Um ponto problemático de falta de acessibilidade é notado no acesso à rampa para o primeiro pavimento, como mostra a figura 31 (A). Existe uma pequena rampa devido à diferença de níveis entre a parte externa e interna. A rampa de acesso ao primeiro pavimento, apesar de extensa (22 metros, sendo o primeiro lance com 14,70 metros e o segundo lance com 9,45 metros), possui 14% de inclinação, não está de acordo com as normas de acessibilidade, segundo a ABNT 9050. Na figura 31 é mostrado o acesso à rampa e também a rampa de acesso ao primeiro pavimento da edificação.

Figura 31: Acesso à rampa (A), rampa de acesso ao 1º pavimento (B, C e D)



Fonte: Da autora

A circulação do primeiro pavimento se dá por um pequeno hall de entrada, seguido de um corredor em formato de “L”, que dá acesso a todos os cômodos do primeiro pavimento, como é mostrado na figura 32. Não foram observadas anormalidades ou patologias nesse espaço.

Figura 32: Hall de entrada, circulação interna 1º pavimento



Fonte: Da autora

4.6 Iluminação e Ventilação natural

De modo geral, as fachadas norte e oeste não sofrem com falta de iluminação tanto pelas janelas amplas quanto por não haver objeções arquitetônicas no entorno do terreno, porém isso pode se tornar um problema no solstício de verão, onde as mesmas fachadas recebem insolação por mais tempo durante o dia.

Na área social, há janelas amplas na maioria dos cômodos, o que favorece a iluminação e ventilação natural, em destaque o refeitório, sala de convivência e sala de estudos, onde as crianças passam mais tempo durante o dia. Porém, na sala de TV há uma carência tanto de iluminação quanto de ventilação natural, o que pode causar patologias como mofo devido à falta de circulação do ar.

Na brinquedoteca (área de lazer), apesar de possuir janela ampla, há uma carência de iluminação natural pois a janela é posicionada para um corredor entre a edificação e a rampa de acesso ao primeiro pavimento. Em relação aos banheiros sociais, todos carecem de iluminação e ventilação natural.

Na área serviço, as salas de secretaria, administração, assistência social, que é a área onde os profissionais do local trabalham durante o dia, não há problemas com iluminação e ventilação pois são locais que também possuem janelas amplas de acordo com as normas necessárias. Na cozinha, há uma carência de ventilação pois o local possui bacias altas, o que desfavorece a ventilação cruzada. Apesar disso, a iluminação natural não é afetada. O DML não possui janela e a despensa da cozinha possui apenas uma pequena bacia.

Na área íntima, todos os banheiros carecem de iluminação e ventilação naturais, pois possuem bacias muito pequenas e alguns não possuem bacias. Nos quartos as janelas são amplas possibilitando a iluminação natural e também a ventilação cruzada, porém alguns dos quartos que possuem janelas voltadas para o norte, podem sofrer com o excesso de insolação durante o solstício de verão.

Para ilustrar o esquema de iluminação e ventilação da edificação, foi feita um diagrama que tem como base a planta do local, como mostra a figura 33.

Figura 33: Diagrama de iluminação e ventilação do abrigo Casa de Apoio



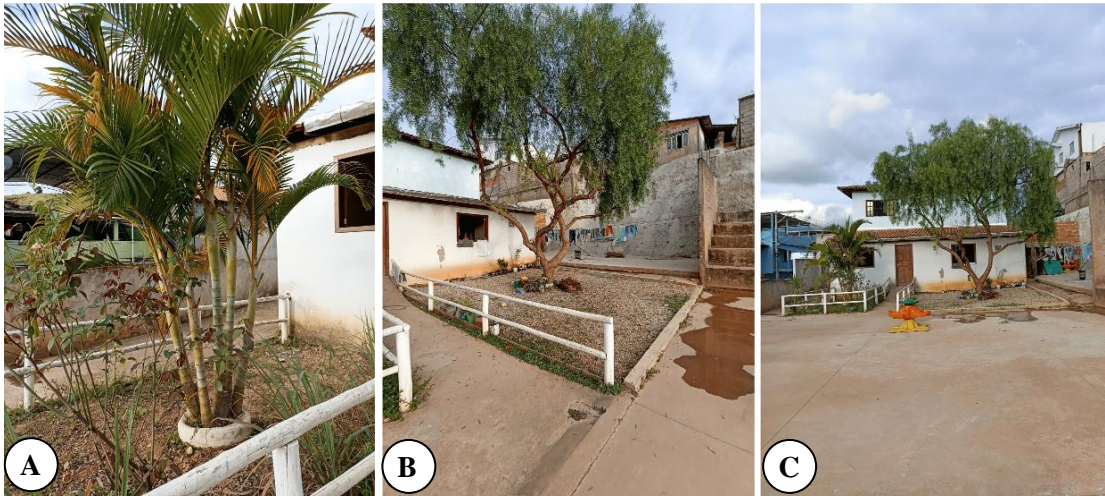
Fonte: Da autora

4.7 Paisagismo

A edificação carece de locais com áreas verdes. Há apenas uma pequena área de aproximadamente 5 m² na fachada oeste, sendo essa a única área permeável em todo o terreno. Nessa área se encontram algumas espécies de árvores de pequeno e médio porte e algumas espécies arbustivas, sendo a forração feita por pequenas pedras e pouco gramado, como pode ser observada na figura 34. A área do jardim possui pouca estética e não promove conexão e integração com o ambiente e com as crianças que vivem no local.

A falta de arborização causa um certo desconforto térmico no local, já que promove a insolação direta com a edificação, podendo elevar a temperatura interna durante as estações mais quentes, além de desfavorecer o desenvolvimento infantil, já que a interação com a natureza promove sensação de bem-estar e traz um ambiente de descontração física e mental.

Figura 34: Vista oeste da área permeável do abrigo Casa de Apoio: Árvore de pequeno porte e arbustos (A); árvore de médio porte (B), vista panorâmica da área (C)



Fonte: Da autora

4.8 DIRETRIZES PROJETOAIS DE REVITALIZAÇÃO

A partir dos dados obtidos no tópico 4 desta pesquisa, serão abordadas diretrizes projetuais baseadas nas análises realizadas em cada ambiente do abrigo. Essas diretrizes terão como pontos norteadores a humanização do local e a aplicação do Design Biofílico para melhoria do espaço como um todo, proporcionando maior conforto e qualidade de vida para as crianças e adolescentes que atualmente se encontram no abrigo e para as que poderão vir futuramente. As pontuações feitas são de cunho arquitetônico e serão tratadas e aplicadas na elaboração do projeto de revitalização no TCC 2. Partindo das maiores necessidades do local que foram analisadas ao longo de todo o tópico 4, as diretrizes serão baseadas na psicologia ambiental do local, na divisão espacial (layout), conforto térmico, paisagismo e acessibilidade.

4.8.1 Psicologia ambiental

Foi analisado através do levantamento fotográfico que o local carece de elementos que tornem o ambiente um lugar mais aconchegante. A carência de vegetação, o uso de cores neutras, a falta de elementos decorativos e de mobiliários funcionais tornam o ambiente impessoal e não transmite sensação de pertencimento. A falta de brinquedos e mobiliário que estimulem a criatividade prejudica o pleno desenvolvimento cognitivo e social das mesmas.

Desse modo é possível transformar o ambiente interno através da arquitetura, que poderá trazer esses elementos para o local, melhorando o espaço de convivência. Como diz VASCONCELOS (2004), “humanizar um ambiente é colocar o usuário como foco principal, trazendo segurança, conforto físico e psicológico na realização de suas atividades.” O uso de determinadas cores, iluminação bem-posicionada e estímulos visuais como desenhos artísticos voltados à natureza são elementos que podem estimular as crianças. De acordo com MONTESSORI (1949), crianças possuem uma “mente absorvente”, que é estimulada inconscientemente através do seu entorno.

4.8.2 Divisão Espacial

Como foi observado, alguns ambientes carecem de um estudo de layout que seja funcional e que ajude na interação das crianças. A cozinha é um exemplo, sendo necessário um estudo para melhorar a sua funcionalidade e melhor circulação, pois é um ambiente amplo, mas que não é bem dividido espacialmente. Os espaços de convívio também precisam de mobiliário que seja funcional para crianças e adolescentes e que sejam confortáveis de serem utilizados. Através de um estudo ergonômico é possível melhorar essa questão.

A arquitetura tem o papel de despertar diferentes sensações nos seus usuários, como diz OKAMOTO (2002) “quanto mais a arquitetura desperta emoções e sentimentos, mais ela beneficia o desenvolvimento da afetividade entre o humano e o local, despertando assim o sentimento de pertencimento que cria a relação de lugar.” O planejamento arquitetônico entra com esse papel de organizar todas as informações teóricas num espaço físico, trazendo sentido para tudo que foi dito. “Tudo se relaciona e interage num ambiente, por isso a escolha dos elementos para compô-lo é fundamental para se chegar a ambientes confortáveis e seguros.” (VASCONCELOS, 2004)

4.8.3 Conforto Térmico: iluminação e ventilação naturais

Através das análises feitas, pode-se notar que a patologia mais presente é o bolor, ou mofo, como é comumente conhecido, que é causado pela ventilação e iluminação insuficientes nos banheiros, por exemplo. Para solucionar essa patologia, é necessário a aplicação de técnicas arquitetônicas que minimizem ações patológicas e que estejam de acordo com as normas técnicas de dimensões mínimas de aberturas para esses ambientes.

Em relação à área íntima, pode ser observado as aberturas de três dos dormitórios é voltada para a fachada norte, o que causa insolação exagerada no solstício de verão. Esse problema pode ser resolvido com o uso de técnicas de arquitetura bioclimática, que utiliza de brises e beirais para amenizar a insolação interna nos ambientes. Serão aplicadas normas usando da NBR 15575 de habitabilidade e desempenho habitacional.

4.8.4 Paisagismo

A vegetação possui um papel extremamente importante nas residências por transmitir sensação de bem-estar e relaxamento. É comprovado cientificamente que o contato com a natureza é essencial para o ser humano manter uma boa qualidade de vida. Foi notado que o paisagismo do local não é suficiente e recebe poucos cuidados. Para melhorar essa questão, na parte interna da residência pode ser usado princípios do Design Biofílico, que tem essa premissa de conectar o homem à natureza através de elementos, cores e texturas naturais.

Na parte externa há muito a ser trabalhado, principalmente pelo local possuir um espaço amplo que é subutilizado. A criatividade e a percepção de cuidado com a natureza podem ser estimuladas através de um projeto de paisagismo eficiente que contenha horta e um pequeno pomar. O desenvolvimento dos 5 sentidos será amplamente explorado com o uso de espécies frutíferas. O contato com a natureza pode aliviar estresse e traumas que as crianças de certo modo sofreram antes de serem encaminhadas para o abrigo, melhorando a sensação de

pertencimento com o local. JOYE (1992) diz que “A imitação dos elementos naturais na arquitetura e a concepção de ambientes que promovam o contato direto com a natureza pode ter efeitos positivos no homem e à redução do estresse”.

4.8.5 Acessibilidade

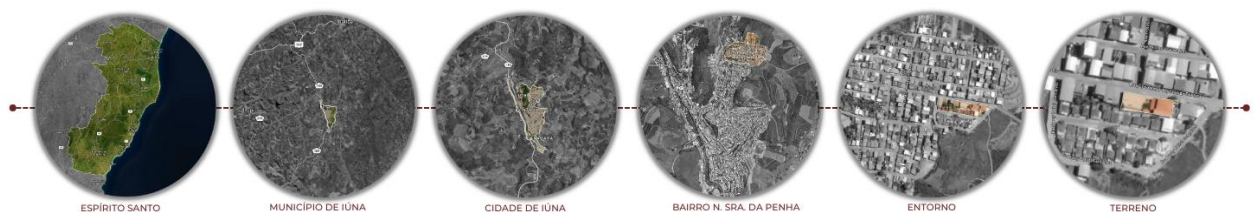
Como foi analisado, há pontos na edificação e no terreno que não possuem acessibilidade, como o acesso à edificação, a escada de acesso à sala de convivência e as rampas de acesso ao primeiro pavimento. Esses pontos deverão ser melhorados com intervenções construtivas para facilitar o acesso e a locomoção de pessoas com deficiência de acordo com as normas encontradas na NBR 9050. Essas intervenções construtivas serão mais abordadas na elaboração do projeto de revitalização do abrigo no TCC 2.

5 ESTUDO PRELIMINAR

5.1 Local e entorno

A cidade de Iúna fica localizada do sul do estado do Espírito Santo, na região do Caparaó, como mostra a figura 8. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, possui 27.328 habitantes. O município ocupa uma área de 460,586 m² e faz divisa a oeste com o estado de Minas Gerais. Localizado próximo ao Pico da Bandeira, o terceiro maior do Brasil, a região possui clima tropical de altitude e é rodeado por magníficas cachoeiras, dentre elas o Poço das Antas e a Cachoeira do Rio Claro, e de mata nativa e montanhas. Na figura 35 é mostrado o mapa detalhado de localização do terreno.

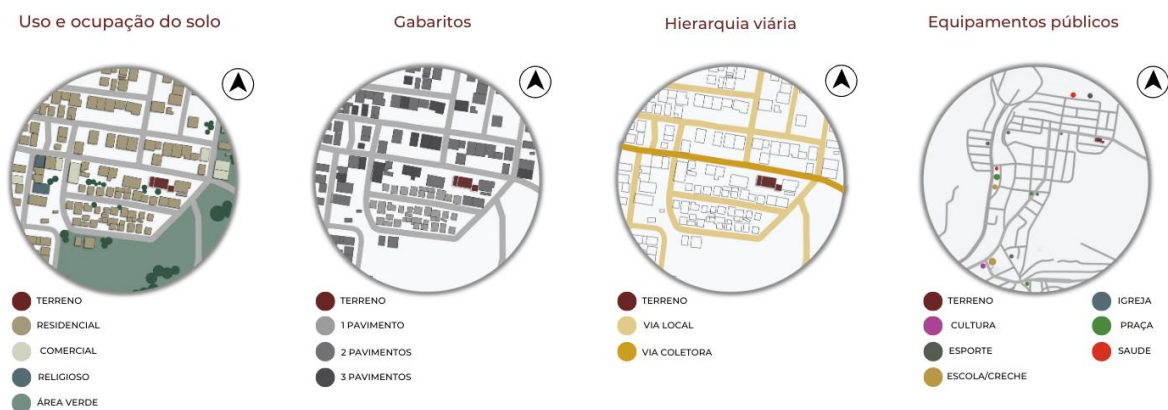
Figura 35: Mapa detalhado de localização do terreno.



Fonte: Da autora

O terreno em que o abrigo está inserido se encontra num bairro predominantemente residencial, de classe baixa e está localizado na Zona ZR1 de acordo com o Plano Diretor do município. O confrontante posterior da edificação são habitações de interesse social. A topografia do local possui leve declive e a construção se encontra aproximadamente a 1,2m acima do nível da rua. Na figura 36 são apresentados os mapas esquemáticos de entorno.

Figura 36: Mapas esquemáticos de entorno.



Fonte: Da autora

5.2 Diretrizes e programa

Para fundamentar a proposta de revitalização do Centro de Apoio Social Aliança, 3 questões principais foram levantadas: Como revitalizar o local sem fazer grandes alterações estruturais? Como acolher os abrigados de forma integral e efetiva? Como integrar os ambientes sem perder a memória construída no local? A partir disso surgiram 3 pontos base para o projeto de revitalização, como mostra a figura 37.

Figura 37: Pontos base de diretrizes de revitalização.



Fonte: Da autora

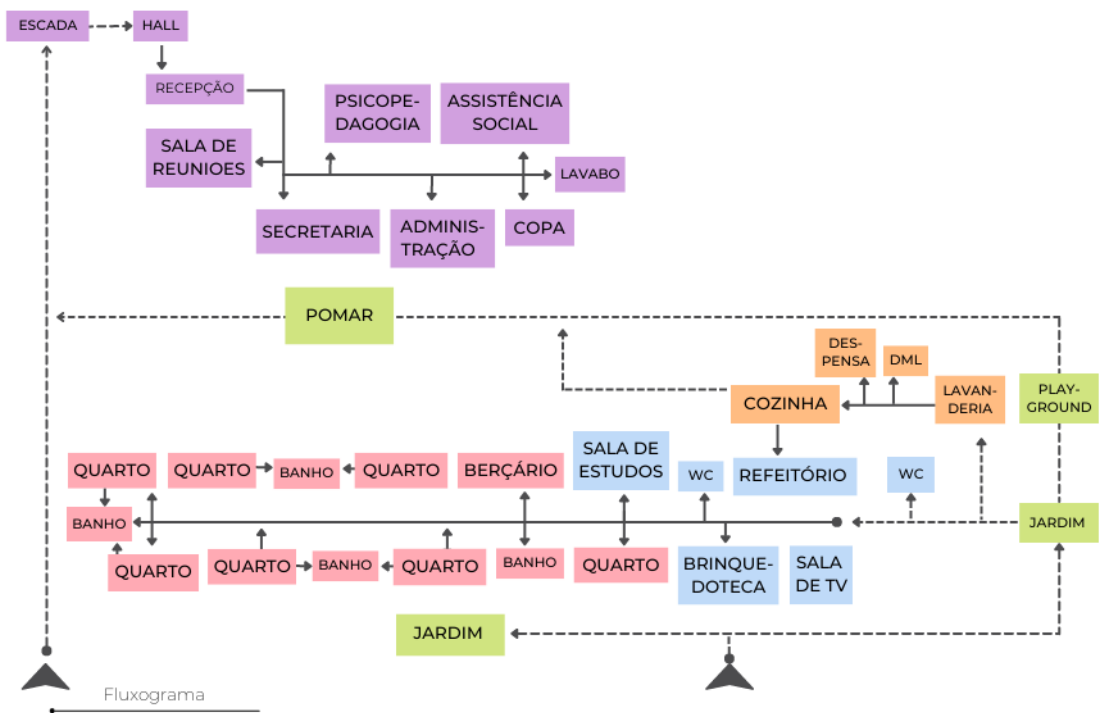
O programa de necessidades foi definido de acordo com as necessidades analisadas no local e teve como base o documento: Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, Brasília, 2009. A figura 38 apresenta o quadro de programa de necessidades e a figura 39 mostra o fluxograma da edificação.

Figura 38: Quadro de programa de necessidades.



Fonte: Da autora

Figura 39: Fluxograma da edificação.



Fonte: Da autora

6 PROPOSTA PROJETUAL

6.1 Conceito e partido

O conceito de revitalização do CASA se dará a partir de 2 palavras-chave: **acolher** e **integrar**, palavras que remetem aconchego aos abrigados. Com isso, o conceito se apresentará através do partido com a utilização de elementos estruturais em formas lúdicas, remetendo o formato de casas de duas águas, como nos desenhos infantis. Técnicas de Arquitetura Bioclimática serão aplicadas externamente, a fim de melhorar o conforto térmico e lumínico. Internamente o conceito permanece o mesmo e os ambientes possuirão elementos e estratégias do Design Biofílico, que seguem a mesma premissa de conectar o ser humano de volta com a natureza, melhorando o bem-estar e trazendo o aconchego e conforto que um lar pode oferecer e transmitir. Os Principais materiais presentes no partido são mostrados na figura 40.

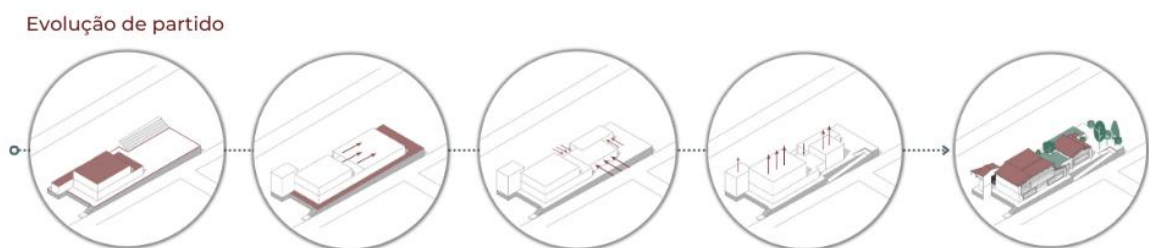
Figura 40: Principais materiais do partido.



Fonte: Da autora.

A figura 41 mostra a evolução de partido do projeto, a figura 42 apresenta os parâmetros antigos e atuais de ocupação do solo e a figura 43 mostra os fluxos e as condicionantes climáticas do terreno. A figura 44 apresenta uma perspectiva eletrônica em 3D da proposta projetual.

Figura 41: Evolução de partido.



Fonte: Da autora.

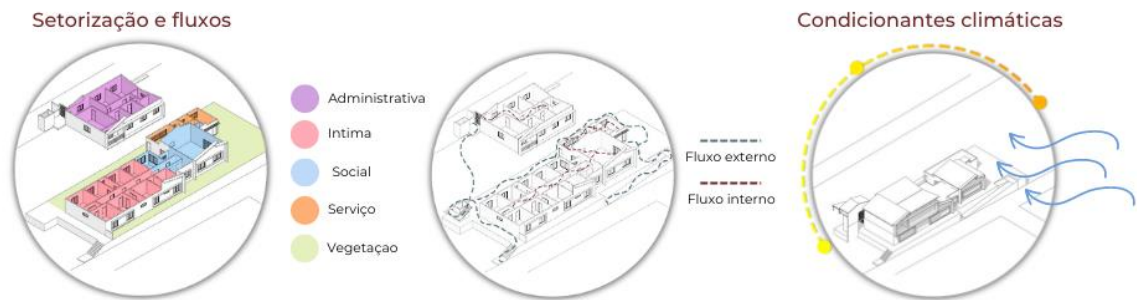
Figura 42: Parâmetros de ocupação do solo.

Parâmetros de ocupação



Fonte: Da autora.

Figura 43: Fluxos e condicionantes climáticas.



Fonte: Da autora.

Figura 44: Perspectiva eletrônica 3D da fachada.



Fonte: Da autora.

6.2 Soluções para área interna

Um ponto em comum na revitalização dos ambientes internos foi o uso de materiais com texturas, cores e formas naturais. A figura 45 mostra a proposta projetual para a sala de TV e refeitório, na área social.

Figura 45: Perspectiva eletrônica 3D da sala de TV e refeitório.



Fonte: Da autora

Já a figura 46 apresenta a proposta da sala de estudos.

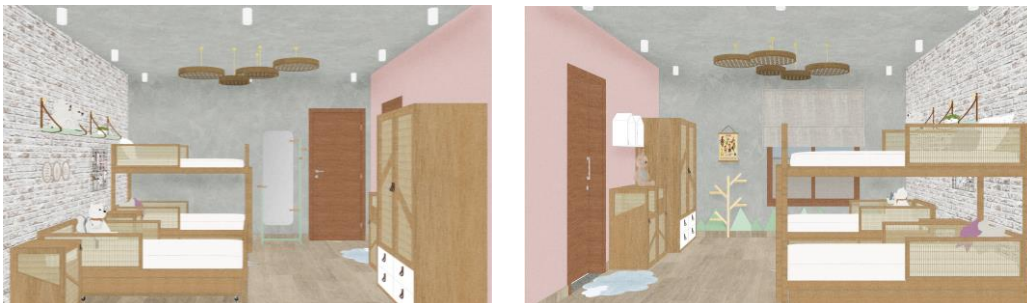
Figura 46: Perspectiva eletrônica 3D da sala de estudos.



Fonte: Da autora.

A figura 47 mostra a proposta para um dormitório feminino, na área íntima.

Figura 47: Perspectiva eletrônica 3D de um dos dormitórios femininos.



Fonte: Da autora

A figura 48 mostra a proposta para um banheiro da área íntima.

Figura 48: Perspectiva eletrônica 3D de um dos banheiros.



Fonte: Da autora.

6.3 Área externa

Na area externa o paisagismo foi trabalhado de forma que se conectasse completamente com a edificação. Foi implantada uma horta com pomar, para que os abrigados possam ter contato direto com as árvores frutíferas. As espécies utilizadas foram: Aceloreira, Aroeira Salsa, Cipreste, Goiabeira, Ipê Amarelo, Jabuticabeira, Jacarandá Mimoso, Laranjeira, Limoeiro, Magnólia, Mexeriqueira e Pitangueira. A figura 49 mostra as imagens das árvores e arbustos utilizados no paisagismo.

Figura 49: Vegetação utilizada no paisagismo externo.

Árvores frutíferas



Mexeriqueira



Laranjeira



Pitangueira



Goiabeira



Limoeiro



Aceroleira



Jabuticabeira

Árvores do jardim



Aroeira
salsa



Magnolia



Jacarandá
mimoso



Ipê
amarelo

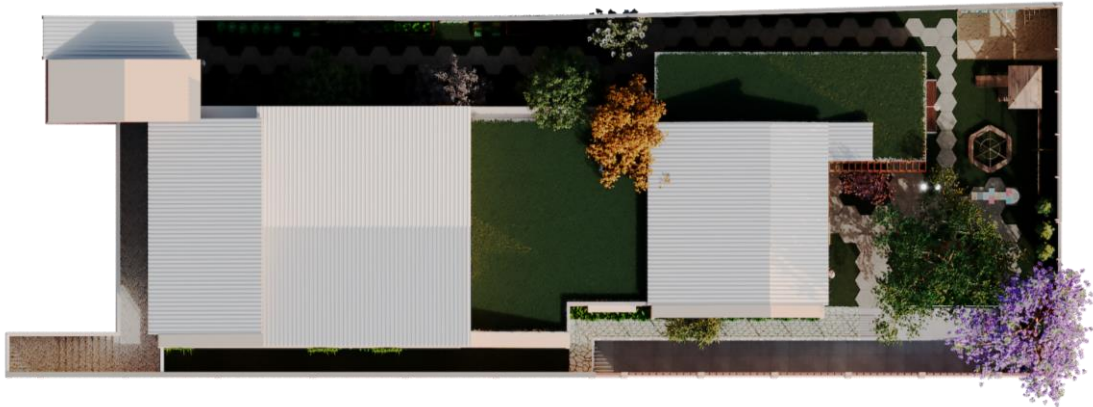


Cipreste

Fonte: Da autora.

A figura 50 mostra a perspectiva 3D da implantação da edificação.

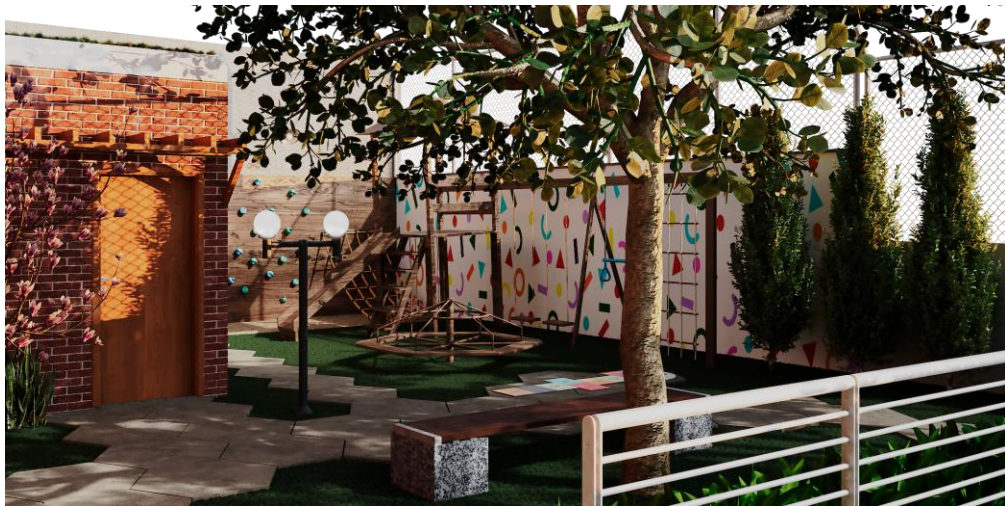
Figura 50: Implantação da edificação.



Fonte: Da autora.

A figura 51 apresenta a área externa frontal, onde está localizado um playground.

Figura 51: Área externa frontal.



Fonte: Da autora. A figura 52 mostra a área posterior, onde está localizada a horta e o pomar.

Figura 52: Área da horta e do pomar.



Fonte: Da autora.

A figura 53 mostra mais um ângulo da fachada frontal, como foco nos brises móveis de madeira que foram utilizados para controle de insolação.

Figura 53: Fachada frontal em outro ângulo.



Fonte: Da autora

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida para identificar como a arquitetura afeta o meio social e analisar o espaço físico do Centro de Apoio Social Aliança em Iúna-ES. A análise constatou que o local sofre com a falta de mobiliário adequado e de acessibilidade, dificultando o pleno desenvolvimento físico, psíquico e social dos abrigados. A edificação apesar de se parecer com uma residência, ainda carece de elementos arquitetônicos que complementam um lar.

No período dessa pesquisa, o local estava passando por uma reforma das patologias encontradas, recebendo tintura nova e conserto estruturais em algumas partes. Contudo, ainda há muitos pontos que precisam ser melhorados, e somente serão resolvidos com uma intervenção arquitetônica de grande impacto.

Apesar dos problemas, pode-se notar o cuidado que as crianças e adolescentes recebem no local. As religiosas e os profissionais do local são pacientes e se fazem sempre presentes no dia a dia das crianças, dando suporte emocional e educacional, carinho, atenção e ajudando na superação dos traumas. Esses preceitos são de extrema importância para a formação do caráter das crianças que precisam permanecer no abrigo até voltarem para a família de origem ou para família substituta.

As cozinheiras e ajudantes de limpeza também são muito importantes na manutenção do lugar, que sempre está organizado e limpo, como foi notado nas visitas técnicas ao local. Há uma constante chegada de doações das mais diversas áreas e de dos mais diversos estabelecimentos da cidade, e a prefeitura também tem um olhar atento para o local, ajudando sempre que é necessário. São notáveis a ajuda e a caridade exercidas sobre o local e como afeta positivamente a vida das crianças que estão passando pelo abrigo, fazendo com que se sintam acolhidas e pertencentes ao local.

Ficou evidente que é necessária a elaboração e execução de um projeto arquitetônico eficiente e que supra as demandas e necessidades do abrigo, auxiliando no acolhimento que esses ambientes precisam transmitir. Por fim, a arquitetura entra como um instrumento de transformação social pois ela é capaz de mudar a ótica de um local com intervenções que melhorem o aspecto físico e psicológico de ambientes que trazem que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade social.

Na proposta teórica e arquitetônica foi mostrado que as técnicas arquitetônicas aplicadas no projeto melhoraram a funcionalidade e a estética do local, além de trazer sensação de bem-estar, acolhimento e aconchego que um abrigo institucional deve oferecer. A

aplicação de paisagismo, tanto nos jardins quanto na horta e no pomar trouxeram melhor aproveitamento do terreno e proporcionaram aos abrigados maior contato com a natureza, o que influencia diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento psíquico e físico das crianças e adolescentes que passam pelo abrigo.

A ideia de revitalização do abrigo fez com que a estrutura original do predio fosse mantida sem grandes alterações, a divisão dos ambientes foi pensada principalmente na acessibilidade, fazendo com que o abrigo funcione para as crianças somente no pavimento térreo. A rampa de acessibilidade foi criada, adicionando um segundo acesso ao abrigo e facilitando a locomoção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os brises nas janelas foram pensados para trazer maior conforto térmico no interior do abrigo, e os materiais naturais, com cores sóbrias foram usados baseados nas técnicas de Arquitetura Biofílica.

Portanto, de acordo com as necessidades do local e as normas arquitetônicas, o projeto de revitalização do abrigo cumpriu seu papel, com soluções projetuais funcionais e simples, trazendo maior conforto e bem-estar aos seus usuários.

8 REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de M. **De “criança infeliz” a “menor irregular” – vicissitudes na arte de governar a infância.** Mnemosine. 2004.

ARCHDAILY. **Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA.** Archdaily.com. 2015.

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-paramenores-cebra>.

ARCHDAILY. **Abrigo Infantil da Fundação da Cruz Vermelha, Tailândia / Plan**

Architects. Archdaily.com. 2019. Disponível em:

https://www.archdaily.com.br/br/947929/abrigo-infantil-da-fundacao-cruz-vermelha-na-tailandia-plan-architect?ad_source=search&ad_medium=projects_tab.

BIBLIOTECA IBGE. **Iúna.** Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=610505>.

BRANDÃO, Fellipe Henrique Boaventura Silva. **Anteprojeto arquitetônico e paisagístico de creche pública, são cristóvão/se: Uma abordagem do design biofílico.** Trabalho apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo como um dos requisitos obrigatórios para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, da Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras-SE, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil.** Brasília. Brasília: Senado Federal. 1988.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.** 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** 2004.

CÂMARA DE IÚNA. **História.** Disponível em: <https://camaraiuna.es.gov.br/historia.html>.

CAMPOS DE CARVALHO, Mara Ignêz; CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. **Temas básicos em psicologia ambiental.** Petrópolis: Vozes Editoria. 2011.

CARVALHO, Mara Campos de; SOUZA, Tatiana Noronha de. **Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil: Integração possível?** Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, Brasil, 2008.

CEBRA. **Children's Home of the Future**. 2014. Disponível em:

<https://cebraarchitecture.dk/project/future-childrens-home/>.

CIDADES IBGE. **Iúna**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

_____. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília. 2006.

GOOGLE. **Google Maps website**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>.

GOOGLE. **Google Earth website**. Disponível em: <http://earth.google.com/>.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. **Novos Rumos do Acolhimento Institucional**. – São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. 2010.

HEERWAGEN, Judith ; ILOFTNESS, Vivian . **The economics of biofilia : Why designing with nature in mind makes financial sense**. New York: Terrapin Bright Green, 2012.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Iúna. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/iuna.html>.

JESUS, Caroline Nery de. **O Habitar das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade: Projeto Arquitetônico de uma Casa de Acolhimento Infantojuvenil para a Cidade de Mariana-MG**. (Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.) 2021.

JOYE, Y. **Architectural Lessons from Environmental Psychology: The Case of Biophilic Architecture**. Review of General Psychology, 1992.

KELLERT, Stephen R.; CALABRESE, Elizabeth F. **Nature by Design: The Practice of Biophilic Design**. New Have: Yale University Press, 2015.

- LADISLAU, Amanda de Lurdes. **Biofilia e sustentabilidade: relação arquitetura-homem-natureza**. Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG. 2019.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 6ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MEZZOMO, Augusto Antônio. **Humanização Hospitalar**. Fortaleza: Realce Editora. 2002.
- _____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome (MDS). CONANDA. Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2009.
- MONTESSORI, Maria. **Mente Absorvente**. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1949.
- MORAIS, Rosane Luzia de Souza. **Desenvolvimento cognitivo e motor de crianças nos primeiros anos de vida e qualidade do contexto ambiental: uma análise relacional**. 2013. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.
- OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Makenzie, 2002.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.
- PLAN ARCHITECTS. **Thai Red Cross Foundation Children Home**. 2013. Disponível em: <http://www.planarchitect.com/work/thai-red-cross-foundation-children-home/>.
- PREFEITURA DE IÚNA. **Território**. Disponível em: <https://iuna.es.gov.br/territorio.html>.
- POR TRÁS DO NOME, 2016. **Iúna**. Disponível em: <http://portrasdonome.blogspot.com/2016/07/iuna.html>.
- RIGUETE, Tayane Silva. **Arquitetura Humanizada em Institutos de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social: estudo de caso - Instituição Lar das Meninas, Caratinga (MG)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Doctum de Caratinga, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo). 2020.
- SILVA, Izabela Ferreira e. **Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Abrigo institucional para crianças de 0 a 6 anos de idade**.

Trabalho de Conclusão de Curso I (requisito parcial para conclusão da disciplina Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Juiz de Fora. 2017.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura.** 2016.

VASCONCELOS, Renata Thaís Boom. **Humanização de Ambientes Hospitalares: características Arquitetônicas Responsáveis pela integração interior/exterior.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.

WILSON, Edward O. **Biophilia.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1984.

9 APÊNDICES (PRANCHAS DO PROJETO)



Fachada frontal

1:150



Fachada posterior

1:150



Fachada oeste

1:150



Fachada leste

1:150